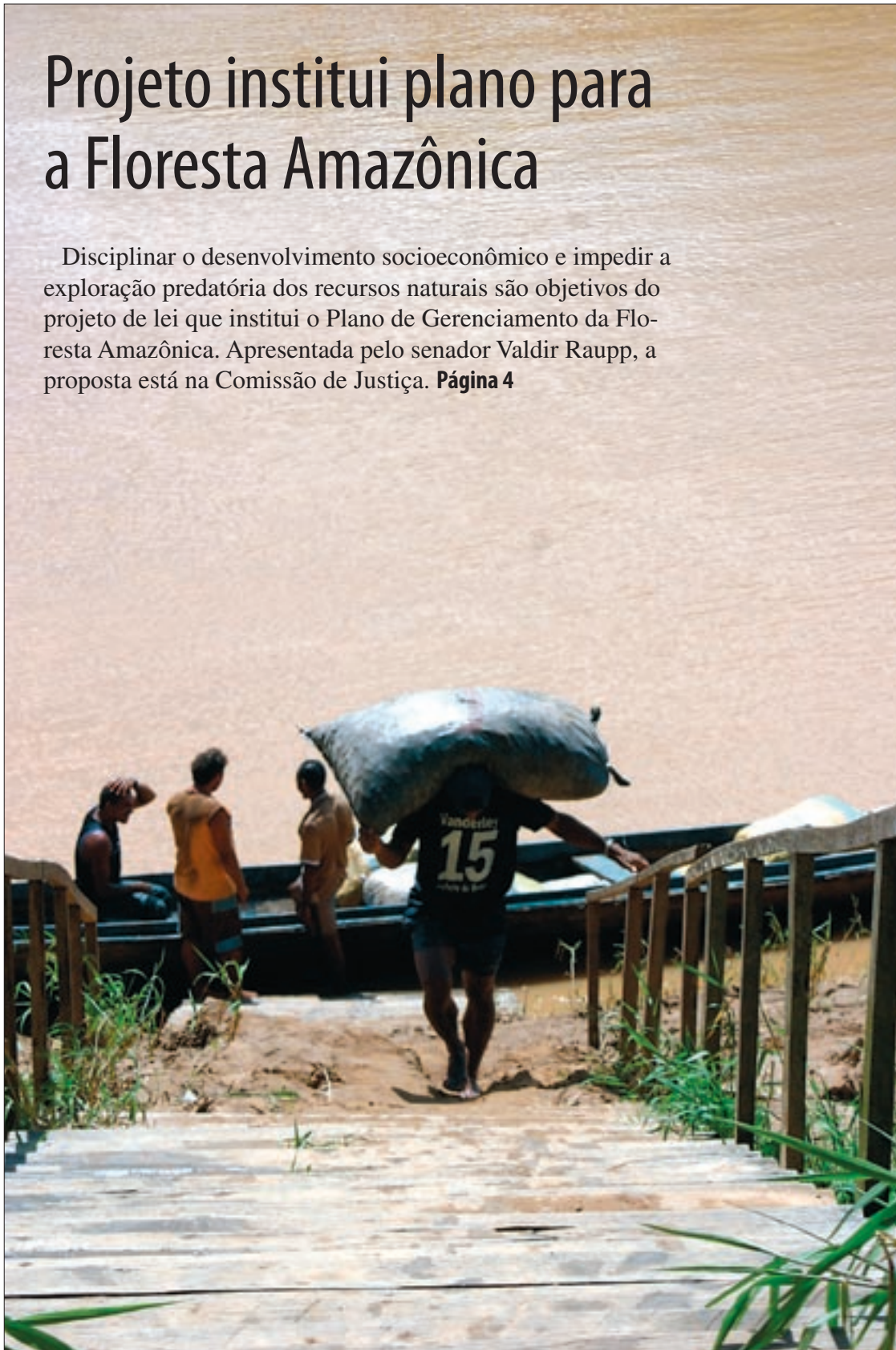


Projeto institui plano para a Floresta Amazônica

Disciplinar o desenvolvimento socioeconômico e impedir a exploração predatória dos recursos naturais são objetivos do projeto de lei que institui o Plano de Gerenciamento da Floresta Amazônica. Apresentada pelo senador Valdir Raupp, a proposta está na Comissão de Justiça. **Página 4**



Odir Leal/Folha Imagem

Desembarque de castanha em Xapuri (AC): exploração dos recursos naturais, segundo o projeto, deve ser feita com equilíbrio

Quintanilha aplaude decreto que regula transporte de idoso

A regulamentação da gratuidade de transporte para idosos, por decreto do presidente Lula, recebe elogios do senador Leomar Quintanilha. **Página 3**

Mão Santa lembra luta do Piauí pela independência

O Dia do Piauí, que comemora a rebelião de São José da Parnaíba contra os portugueses, em 19 de outubro de 1822, é destacado por Mão Santa. **Página 3**

Heráclito questiona: Lula é realmente contra privatização?

Se é tão contra as privatizações, por que o presidente Lula não reestatizou a Embратel, colocada à venda em 2004? A pergunta é de Heráclito Fortes. **Página 3**

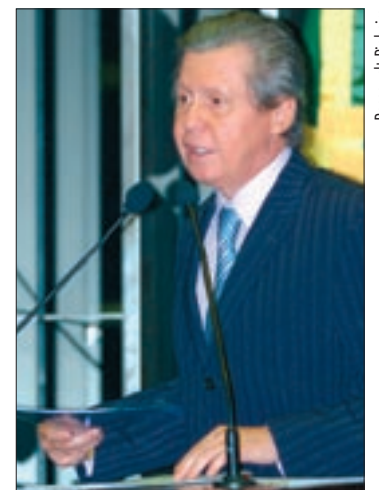
CPI recebe hoje relatório sobre dossiê

Secretário da comissão vai a Cuiabá buscar documento com resultado das investigações sobre compra do dossiê

O relatório parcial da Polícia Federal sobre as investigações a respeito da suposta compra de dossiê contra candidatos do PSDB deve chegar hoje à CPI dos Sanguesugas. O presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia, designou o secretário executivo, Augusto Panisset, para buscar o documento em Cuiabá. O vice-presidente da CPI, Raul Jungmann, disse que há pistas sobre a origem de parte do dinheiro que seria usado por petistas na compra do dossiê. Para Jungmann, a PF tem demonstrado empenho nas investigações. **Página 2**

Virgílio contesta Dilma e aponta risco à Zona Franca de Manaus

Arthur Virgílio afirmou ontem que a ministra Dilma Rousseff “foi incompetente ou fugiu à verdade” ao classificar como apócrifa uma minuta de medida provisória enviada ao Palácio do Planalto pelo Ministério do Desenvolvimento. A proposta, analisada por Virgílio em Plenário na quarta-feira, trata da regulamentação e instalação de fábricas de semicondutores no país para a produção de insumos usados na TV digital. “Essa minuta de MP não é apócrifa e, se acatada na íntegra, vai liquidar o pólo industrial de Manaus.” **Página 3**



Roosevelt Pinheiro

Virgílio: edição de MP após o pleito configuraria “estelionato eleitoral”



Delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito sobre suposta compra de informações contra tucanos pede mais um dia de prazo e deve entregar suas conclusões parciais ainda hoje

Secretário da CPI vai a Cuiabá buscar relatório sobre dossiê

O relatório parcial da Polícia Federal (PF) sobre as investigações a respeito da suposta compra de dossiê contra candidatos do PSDB deve chegar hoje à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas. A informação foi prestada pelo vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann (PPS-PE). O documento era esperado ontem, mas, segundo o deputado, o delegado responsável pelo inquérito, Diógenes Curado, pediu mais um dia de prazo ao juiz responsável pelo processo, Jefferson Schneider.

Jungmann disse que há pistas sobre a origem de parte do dinheiro que seria usado na compra do dossiê. Segundo informou, uma quantia teria passado por bancas de jogo do bicho, embora o delegado não tenha revelado o nome desses estabelecimentos. O parlamentar comunicou ter buscado confirmar junto a Curado se uma das operações de compra de dólares que compunham o R\$ 1,7 milhão teria como ponta final o ex-diretor administrativo do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) Jorge Lorenzetti. De acordo com o deputado, o delegado disse não poder dar informações a esse respeito.

– A origem do dinheiro não muda nada. O fato é que o dinheiro estava sendo transportado por um grupo do PT – observou Jungmann.

De todo modo, o deputado evitou fazer considerações sobre



Integrantes da CPI devem estudar o documento e preparar nova etapa de depoimentos

a hipótese de cassação do registro da candidatura à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– O clima já está por demais acirrado. É preciso que se diga quem vencer as eleições deve governar com o apoio das demais forças políticas. Quanto aos processos, devem seguir – afirmou.

Providências

Conforme o deputado, o presidente da CPI, Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), designou o secretário executivo da comissão, Augusto Panisset, para ir a Cuiabá buscar o relatório parcial da Polícia Federal. Ele ressaltou que a CPI precisa estudar o documento, propor novas diligências e se preparar para a etapa de oitiva de testemunhas e de acareação.

Na opinião do vice-presidente do colegiado, o relatório está sendo elaborado de forma imparcial e a PF tem demonstrado empenho nas investigações sobre

o dossiê.

– Acho que eles estão fazendo todo o esforço. Eles acreditam poder rastrear isso [a origem do dinheiro] ainda antes do segundo turno – avaliou o deputado.

Jungmann mencionou ainda que, além do relatório, espera que a CPI receba o vídeo no qual aparece o ex-coordenador de comunicação da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda, entrando no Hotel Ibis, em São Paulo, com o dinheiro. Segundo o delegado Curado, informou o parlamentar, esse material encontra-se em perícia no Instituto Nacional de Criminalística. Curado também teria informado a Raul Jungmann que os dados sobre o sigilo de Hamilton Lacerda ainda não foram enviados à CPI, conforme autorização do juiz Schneider, porque não estariam em poder da Polícia Federal.

Cristovam quer incluir corrupção na relação de crimes hediondos

O peculato, a corrupção ativa e passiva, a inserção de dados falsos em sistema de informações ou mesmo a modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações poderão passar a ser incluídos no Código Penal como crimes hediondos. A proposta (PLS 253/06), de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), está sendo analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa. Conforme o autor, o texto tem como objetivo desencorajar os crimes cometidos contra a administração pública.

Com base na Lei 8.072, os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, fiança ou liberdade provisória. A pena para esse tipo de crime é cumprida integralmente em regime fechado e, para solicitar o benefício da liberdade



Proposta de Cristovam Buarque está em análise na Comissão de Justiça

provisória, o condenado não pode ser reincidente e precisa ter cumprido pelo menos dois terços da pena, que, dependendo do caso, pode chegar a 30 anos de prisão.

Segundo Cristovam, os crimes cometidos contra a administração pública trazem “evidentes prejuízos a toda a coletividade” e devem ser incluídos no rol daqueles considerados hediondos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

TV destaca os 180 anos do Senado

A TV Senado apresenta mais uma edição da série *180 Anos do Senado*, agora com destaque para as mudanças ocorridas com a Proclamação da República, em 1889; as fraudes eleitorais durante a República Velha; a Revolução de 30 e o início da Era Vargas; o fechamento do Legislativo durante o Estado Novo; a redemocratização em 46; a mudança do Congresso para Brasília e o golpe militar de 64. O programa *O Senado na República Velha, a Era Vargas e o golpe de 64* será exibido hoje, às 22h45.

Sessão do Plenário

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) é a primeira parlamentar inscrita para discursar hoje da tribuna. A sessão começa às 9h e será não-deliberativa. Sem a votação de matérias, destina-se a debates dos senadores, comunicados da Mesa e das lideranças, além da apresentação de propostas.

Dúvidas e sugestões

O Alô Senado, serviço de relacionamento da Casa com o cidadão, recebe diariamente sugestões, dúvidas e denúncias da população. Para participar, basta ligar 0800 61-2211 ou enviar mensagens para alosenado@senado.gov.br. As demandas são encaminhadas aos órgãos de competência.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pela senadora Heloísa Helena

Heráclito cobra explicação de Lula sobre Embratel, Virgílio critica ministra, Quintanilha destaca decreto em favor do idoso e Mão Santa lembra data do Piauí



Decisão presidencial corrige algumas falhas do estatuto, destaca Quintanilha

Quintanilha comemora decreto sobre gratuidade de passagem para idoso

Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) expressou ontem, em Plenário, sua satisfação com a assinatura, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de decreto regulamentando o artigo 40 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), que trata da gratuidade para idosos dos serviços de transporte coletivo interestadual, por ônibus,

trem ou embarcação.

– Com a regulamentação via decreto presidencial foram corrigidas algumas falhas que, no Estatuto do Idoso, não haviam sido observadas – disse.

Quintanilha ressaltou que o aumento do número de idosos no país deve-se aos investimentos realizados pelo atual governo em

infra-estrutura, como o abastecimento de água tratada, e na área de saúde.

O decreto mencionado por Leomar Quintanilha é o segundo ato presidencial sobre o tema. Em julho deste ano, o presidente da República baixou o Decreto 5.130, definindo idosos como pessoas com mais de 60 anos

e estabelecendo os documentos a serem apresentados para ter direito a passagem grátis. No entanto, salientou o parlamentar do Tocantins, como este primeiro decreto teve sua validade suspensa por ações judiciais movidas por empresas de transporte, houve necessidade de uma nova edição da medida.

Para Heráclito, Lula não é contra as privatizações

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ontem, da tribuna, explicações ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o fato de não ter reestatizado a Embratel quando a empresa foi colocada à venda, em 2004, pela americana MCI, que havia assumido o controle durante a privatização em 1998. A Embratel foi adquirida pela empresa Teléfonos de México (Telmex).



Heráclito indaga por que Lula não reestatizou a Embratel, quando a MCI a colocou à venda

– Se é tão contra as privatizações, por que o presidente Lula não abriu um processo de investigação e estatizou as empresas privatizadas? Por que privatizou a reforma do Palácio da Alvorada? Por que comprou o “Aerolula”, cópia do avião do presidente Hugo Chávez? – questionou o parlamentar.

Heráclito Fortes disse que o presidente Lula é um dos homens mais corajosos que já conheceu, “porque diz as coisas mais estapafúrdias e fica tudo por isso mesmo”. Ele pediu que fosse apontado o nome de um integrante do governo Fernando Henrique Cardoso que esteja respondendo a processo aberto pelo governo Lula.

– Os processados de hoje, os ladrões de

hoje, são nascidos e criados na atual administração – sustentou.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou que o primeiro governante a privatizar uma empresa estatal no Brasil foi o então prefeito de Ribeirão Preto Antonio Palocci. O senador também observou que a administração Lula editou oito decretos de privatização de linhas de transmissão

de energia elétrica, dentro do Plano Nacional de Desestatização, além de outros dois decretos privatizando rodovias no Pará, em Mato Grosso, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

– Eles estão mentindo demais. Eles mentem sobre tudo. E mentem porque querem manter o poder. Agora, manter o poder a qualquer preço? Por que, se eles não têm projeto, não têm programa, se eles se contradizem, numa hora são a favor da privatização, noutra hora são contra? Numa hora dizem uma coisa, noutra hora dizem outra. Não seria a delícia do poder, que é capaz de fazer fortunas fáceis? Não seria a delícia do poder, que é capaz de transformar pobretões em milionários da noite para o dia? – questionou Virgílio.

Minuta de MP é autêntica, sustenta Arthur Virgílio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, “foi incompetente ou fugiu à verdade” ao classificar como apócrifa uma suposta minuta de medida provisória divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A minuta trata da regulamentação e instalação de fábricas de semicondutores no país para a produção de insumos usados na TV digital.

– Essa minuta de MP não é apócrifa e, se acatada na íntegra, vai liquidar o Pólo Industrial de Manaus – afirmou o parlamentar, com base em matéria divulgada pela *Folha OnLine*.

Embora o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, não tenha confirmado, na entrevista à *Folha OnLine*, se essa MP seria editada antes do segundo turno das eleições, marcado para 29 de outubro, Virgílio considerou “estelionato eleitoral” a possibilidade de isso acontecer após o pleito. Na sua opinião, essa hipótese demonstraria que o atual governo coloca o fato eleitoral acima do dever de tomar



Para Virgílio, Dilma Rousseff “fugiu à verdade” ao classificar o documento como apócrifo

conta do país.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) acusou o governo Luiz Inácio Lula da Silva de atemorizar a população beneficiada pela Zona Franca de Manaus com a possível edição dessa medida provisória e de tentar atribuir ao programa de governo do candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin (PSDB) iniciativas contrárias à região.

Segundo Arthur Virgílio, matéria do jornal *Folha de S. Paulo* teria abordado boato que circula em Manaquiri (AM) de que Alckmin, se eleito, extinguiria a Zona Franca de Manaus e os programas Bolsa Família e de eletrificação.

O senador apresentou requerimento de voto de aplauso à Federação das Indústrias do Amazonas pelos 15 anos do programa Qualidade Amazonas. Ele informou ainda ter recebido mensagem eletrônica com denúncia de suposta pressão do governo sobre servidores de primeiro e segundo escalões para que votem em Lula. Até o uso de aviões da Força Aérea Brasileira estaria sendo cogitado para o transporte desses eleitores, acrescentou Virgílio.

Mão Santa exalta movimento que tornou o Piauí independente de Portugal

Mão Santa (PMDB-PI) saudou em Plenário o estado do Piauí pela passagem, ontem, de sua principal data comemorativa. Na opinião do parlamentar, “19 de outubro é o dia mais importante do calendário nacional”.

O senador explicou que o processo de independência em algumas regiões do Norte e do Nordeste do Brasil não se deu si-

multaneamente ao do Centro-Sul, deflagrado em 7 de setembro de 1822 por dom Pedro I. Lembrou que a Coroa portuguesa pretendia garantir a perpetuação de seus domínios sobre a parte norte da colônia, considerada estratégica. Para isso, dom João VI nomeou o militar João da Cunha Fidié, que recebeu a missão de tomar posse do território.

A primeira vila piauiense a se rebelar, segundo Mão Santa, foi São José da Parnaíba, em 19 de outubro de 1822, liderada por Simplício Dias da Silva, o que fez com que a pequena cidade fosse invadida e tomada pelas tropas de Fidié. O senador contou, então, como se deu, em março de 1823, a chamada Batalha do Jenipapo, no atual município

de Campo Maior.

O parlamenar destacou que, na referida batalha, os separatistas foram derrotados, mas fragilizaram as tropas portuguesas, que terminaram encurraladas, em julho de 1824, por um novo levante, formado por piauienses, cearenses e maranhenses, quando o exército de João Fidié finalmente se rendeu.



Estado só se libertou da Coroa portuguesa em julho de 1824, lembra Mão Santa

Agropecuaristas e deputados federais destacam-se entre os novos parlamentares, que têm, em sua maioria, curso superior completo. Sete foram reeleitos

TSE divulga perfis dos 27 senadores eleitos

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou o perfil dos 27 senadores eleitos no dia 1º de outubro. As declarações profissionais no registro de candidatura indicam que quatro são agropecuaristas e quatro vieram da Câmara dos Deputados. Há dois economistas, dois advogados, um aposentado, um administrador, um pedagogo, um ex-ministro do governo Lula, um médico, um servidor público estadual, um empresário e um professor do ensino fundamental. Outros dois não especificaram a profissão ao registrar a candidatura e cinco dos reeleitos declararam a ocupação de senador.

Dos quatro agropecuaristas, dois eram governadores: Joaquim

Roriz (PMDB), do Distrito Federal; e Marconi Perillo (PSDB), de Goiás. Jarbas Vasconcelos (PMDB), que declarou a profissão de advogado, também era governador, de Pernambuco. Os sete senadores reeleitos foram: José Sarney (PMDB-AP), Pedro Simon (PMDB-RS), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Tião Viana (PT-AC). Desses, Maria do Carmo declarou a profissão de advogada e Suplicy, a de economista.

A maioria dos novos 20 senadores tem curso superior completo. Entre os reeleitos, três possuem ensino superior incompleto e quatro têm ensino médio.

O ex-governador e ex-senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA), com 82 anos, é o mais idoso da nova bancada. Dois senadores foram eleitos aos 77 anos: João Durval (PDT-BA) e Eliseu Resende (PFL-MG). Com 76 anos, foram reeleitos dois veteranos do Senado Federal: José Sarney e Pedro Simon.

Não foi eleito nenhum senador aos 35 anos, que é a idade mínima exigida para ocupar o cargo. Os mais jovens têm 43 anos: João Vicente Claudino (PTB-PI), Expedito Júnior (PPS-RO) e Marconi Perillo. Em seguida vêm Kátia Abreu (PFL-TO), de 44 anos, e, com 45 anos, os senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Tião Viana.

Projeto de Raupp cria plano de gerenciamento para a Amazônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto de lei para instituir o Plano de Gerenciamento da Floresta Amazônica, com o objetivo de disciplinar o desenvolvimento socioeconômico da região e impedir a exploração predatória dos seus recursos naturais. A proposta (PLS 268/06) também institui o Fundo de Conservação da Floresta Amazônica – com recursos provenientes de dotações orçamentárias da União e de doações –, no qual será assegurada a participação de representantes da sociedade civil.

O projeto, que aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), regulamenta o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição, que classifica a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional. A proposição de Raupp contempla apenas as terras localizadas na região amazônica.

De acordo com o texto, a utilização da Floresta Amazônica deverá obedecer aos princípios da manutenção do equilíbrio ecológico e da biodiversidade, da exploração sustentável dos recursos naturais e florestais, da conservação dos recursos hídricos e do solo, do atendimento das necessidades das comunidades locais e do respeito às formas de vida das populações tradicionais. Entre os demais objetivos do projeto estão os de preservar amostras representativas



Moreira Mariz

Raupp pretende que se institua o Fundo de Conservação da Floresta Amazônica

da Floresta Amazônica e estimular a produção e a difusão de tecnologias relacionadas à conservação e à recuperação da região.

A proposta determina que o poder público, sem prejuízo das obrigações estabelecidas na legislação ambiental, estimulará a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica por meio de incentivos econômicos, observadas as características da área a ser beneficiada, como: a importância e representatividade dos ecossistemas, a existência de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção e valores paisagístico, estético e turístico. Esses incentivos deverão ser dirigidos a proprietários rurais, a posseiros e a comunidades locais que desenvolvam projetos voltados para a conservação, a restauração e o manejo sustentável da floresta, ou ainda às ONGs autorizadas pelo órgão federal competente para a execução de projetos de conservação e recuperação ambiental.

Alvaro quer agilizar julgamentos disciplinares de advogados na OAB

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto para permitir que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) possa suspender preventivamente, até a decisão final do processo disciplinar (que tem prazo máximo de 90 dias), o advogado cuja infração atente contra a dignidade da advocacia.

O PLS 266/06 dá ao Conselho Federal da OAB, mediante solicitação de qualquer conselho seccional, poderes de instaurar, com competência decisória, processos disciplinares relativos a infração desse tipo que ultrapasse a base territorial do conselho seccional em que foi praticada.

A instauração do processo disciplinar pelo conselho federal obstará iniciativa análoga do conselho seccional de ocorrência da infração e implicará o deslocamento, nos casos de atentado à dignidade da profissão, de



Rosevelt Pinheiro

Alvaro: suspensão para profissionais que atentem contra o bom nome da advocacia

competência para o conselho federal, caso o processo já tenha sido iniciado.

Em sua justificativa, Alvaro argumenta que a regra geral de julgamento no conselho seccional onde a infração foi cometida ficou ultrapassada em virtude das novas modalidades infracionais do crime organizado, que ganharam abrangência nacional.

Os novos representantes dos estados

Veja os perfis dos 27 senadores eleitos em 1º de outubro, de acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Senador	Partido/UF	Ocupação	Nascimento
Alfredo Nascimento	(PL-AM)	Ministro de Estado	05/05/1952
Alvaro Dias	(PSDB-PR)	Senador	07/12/1944
Cícero Lucena	(PSDB-PB)	Não informada	05/08/1957
Eduardo Suplicy	(PT-SP)	Economista	21/06/1941
Eliseu Resende	(PFL-MG)	Deputado federal	07/02/1929
Eptácio Cafeteira	(PTB-MA)	Aposentado	27/06/1924
Expedito Júnior	(PPS-RO)	Professor	10/06/1963
Fernando Collor	(PRTB-AL)	Economista	12/08/1949
Francisco Dornelles	(PP-RJ)	Deputado federal	07/01/1935
Inácio Arruda	(PCdoB-CE)	Servidor público	05/05/1957
Jarbas Vasconcelos	(PMDB-PE)	Advogado	23/08/1942
Jayme Campos	(PFL-MT)	Produtor agropecuário	13/09/1951
João Durval	(PDT-BA)	Não informada	08/03/1929
João Vicente Claudino	(PTB-PI)	Empresário	09/02/1963
Joaquim Roriz	(PMDB-DF)	Pecuarista	04/08/1936
José Sarney	(PMDB-AP)	Senador	24/04/1930
Kátia Abreu	(PFL-TO)	Deputada federal	02/02/1962
Marconi Perillo	(PSDB-GO)	Pecuarista	07/03/1963
Maria do Carmo	(PFL-SE)	Advogada	23/08/1941
Mário Couto	(PSDB-PA)	Administrador	14/01/1946
Marisa Serrano	(PSDB-MS)	Pedagoga	21/06/1947
Mozarildo Cavalcanti	(PTB-RR)	Senador	11/06/1944
Pedro Simon	(PMDB-RS)	Senador	31/01/1930
Raimundo Colombo	(PFL-SC)	Pecuarista	28/02/1955
Renato Casagrande	(PSB-ES)	Deputado federal	03/12/1960
Rosalba Ciarlini	(PFL-RN)	Médica	26/10/1952
Tião Viana	(PT-AC)	Senador	09/02/1961